

Atos de coragem. Territórios e tensões entre travestis, imprensa e polícia numa cidade do interior de São Paulo

Thiago Teixeira Sabatine
Luís Antônio Francisco de Souza
Bóris Ribeiro de Magalhães

Como citar: PELÚCIO, L.; SOUZA, L. A. F. de; MAGALHÃES, B. R. de; SABATINE, T. T. (org.). In: PELÚCIO, L.; SOUZA, L. A. F. de; MAGALHÃES, B. R. de; SABATINE, T. T. (org.). **Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 159-174
DOI:<https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-279-6>. p. 159-174



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Atos de coragem. Territórios e tensões entre travestis, imprensa e polícia numa cidade do interior de São Paulo.

Thiago Teixeira Sabatine

Luís Antônio Francisco de Souza

Bóris Ribeiro de Magalhães

Nas margens da Rodovia Federal BR-153, no trecho do perímetro urbano, o comércio proporciona aos moradores, transeuntes e motoristas profissionais, momentos de folga para as refeições, banhos, cuidados com os veículos e, às vezes, uma prosa com os conhecidos e desconhecidos de estrada.

Em um dos cruzamentos da rodovia, há um Posto de Combustível, que serve de referência às interações de travestis. Rosa, uma travesti de 40 anos de idade oferece serviços sexuais há aproximadamente 10 anos neste local. Com outras travestis domina o mercado do sexo da região sul e pontua as suas encenações em busca de clientes que transitam pelo local.

Não obstante, outros territórios também são locais para “fazer a vida” na cidade, como a região Central e as imediações de uma movimentada rua que liga o centro aos bairros periféricos. Nenhum deles é estanque, as “errâncias sexuais” (PERLONGHER, 1987, 2005) e efusivas circulações das diferenças corporais se entrecruzam nestes territórios¹¹³, a multiplicidade dá o tom aos corpos, às expressões e aos usos da sexualidade com travestis. Os atritos e desavenças contra o uso destes espaços por travestis na cidade mobilizam as autoridades públicas, a polícia,

113 A experiência das travestis vem marcada pela inserção nos territórios de prostituição, conforme Benedetti (2005) estes são permeados por relações sociais que extrapolam o mercado do sexo, num ambiente de sociabilidade em que as travestis desenvolvem o trabalho, suas identidades, gostos, aprendem os códigos do “mundo da noite” e da prostituição.

tendo ampla visibilidade na imprensa local ¹¹⁴.

Em uma madrugada de sexta-feira, em 2007, enquanto tomava uma Coca-Cola com conhaque, para aumentar a estima e tratar com maior disponibilidade os clientes e amigas, Rosa foi surpreendida por uma viatura da Polícia Civil, em um dos cruzamentos do *Posto*. Segundo sua narrativa os policiais, na abordagem, disseram que estavam fazendo uma “*averiguação*”. Conhecida pelos policiais por suas atitudes pouco convencionais frente ao poder de polícia, Rosa perguntou se haveria procedimento de revista e, assim, começou tirar a sua pouca roupa para facilitar o trabalho dos profissionais de segurança que, por sua vez, impediram o ato dizendo que não a tocariam. Mas, revistaram sua bolsa, e nada incriminador encontraram em seu interior, apenas apetrechos que constituem o “*métier*” das travestis profissionais do sexo: batom, pó compacto, preservativos, gel lubrificante e papel higiênico. Rosa mencionou que fez a pose de boa cidadã, um pouco polida, mas exigente para o respeito dos policiais, assim colaborou com a dita “*averiguação*”.

Os policiais perguntam a ela, em seguida, sobre outras travestis presentes lá no *Posto*. Com um pouco de ironia, insinuou que poderiam estar “*atendendo*”¹¹⁵ os clientes na boleia de algum caminhão. Essa “*caguetagem*” rendeu-lhe um “*convite*” para uma volta de viatura em torno do seu local de trabalho. As pessoas conhecidas da vizinhança reconheceram Rosa na viatura e esta ficou muito embaraçada.

Durante o “*raide policial*”, Rosa pede para que os policiais não dessem “*cavalo-de-pau*”¹¹⁶ com a Chevrolet Blazer, uma prática comum que eventualmente fere quem está na gaiola da viatura. Na chegada à delegacia, Rosa recebeu ordem para

114 Neste artigo procuramos compreender a forma como os discursos das mídias, a polícia e a arena política mais ampla de uma cidade do interior de São Paulo interagem com as travestis, bem como, na perspectiva dos próprios sujeitos, estas relações criam agenciamentos e resistências pelos espaços da cidade. O lócus da observação foi denominado com a fórmula “*cidade do interior do Estado de São Paulo*”, assim como mascaramos os nomes das pessoas para garantir o anonimato dos participantes. O município é de médio porte, com uma população de aproximadamente 200 mil habitantes. Os dados analisados são provenientes de etnografia que se baseia nos territórios de prostituição e demais vivências cotidianas com as travestis, resultante na dissertação de Sabatine (2012), além de pesquisa em documentos de instituições da segurança pública, especialmente as atas do *Conselho Comunitário de Segurança-Centro* (CONSEG-Centro), totalizando 28 atas relativas ao encontro do grupo no período de 2001 a 2007. E de busca sistemática de reportagens de três jornais da cidade disponíveis nas versões impressas e na internet, e que abordam assuntos relativos às travestis, totalizando 19 notícias compiladas para a presente análise, que se estendem do período de abril de 2006 a dezembro de 2011. Os jornais foram denominados de *Jornal 1*, *Jornal 2* e *Jornal 3*, apenas referimos ao título da reportagem para a identificação da mesma, bem como a data de sua publicação.

115 Atender significa fazer o programa, estar em relação sexual.

116 Ato que consiste em acelerar o carro e fazer curvas rápidas, os passageiros da gaiola sem lugares para manterem-se estáveis no veículo acabam sofrendo o impacto, batendo o corpo no interior do carro.

sair da viatura, mas ela demora um pouco para atender ao pedido, ocasião em que o tom discricionário dos policiais se eleva. É, de fato, no ato da imposição da força legal que os espaços de poder discricionário se ampliam (BITTNER, 2003). Rosa é encaminhada para uma sala onde encontra, para sua surpresa, outras travestis, sentadas e cabisbaixas, aguardando as ordens dos policiais.

A sua aparição quebra o rumo das interações, contando piadas, esbravejando contra os policiais, e questionando sobre o que estava acontecendo¹¹⁷. Ali estavam reunidas sete travestis que se prostituem em pontos do *Centro* da cidade. Havia uma rixa entre elas. O motivo se funda nas diferenças corporais e nas regras de cafetagem. As travestis que foram vítimas deste verdadeiro “*arrastão*”¹¹⁸, estavam em território neutro. Algumas delas há tempos se desentenderam com Rosa e não conversavam desde que se engalfinharam em disputa pelos espaços de prostituição.

Durante o procedimento de identificação na delegacia, os policiais pediram que Rosa informasse seu nome masculino. Rosa ficou esperando e em seguida foi chamada novamente. Agora deveria tirar fotografias. Segundo conta, a cada foto, Rosa fazia poses: ora com a cabeça virada para a esquerda, um leve sorriso, ora no centro, e na direita, sorrisinhos, trejeitos e requebros. Após a sessão de fotografia, ela foi chamada novamente para tomar ciência da “acusação” que recaía sobre ela e assinar um documento oficial¹¹⁹.

Embora tenha evocado a necessidade de ler e entender o que iria assinar, o policial não queria deixar que ela tomasse conhecimento dos termos do documento. Furtivamente, no entanto, Rosa conseguiu ler o documento e observar que nele constava a palavra *vadiagem*. Ao observar esse fragmento no documento, Rosa jogou a caneta longe e disse: “eu não vou assinar isso, eu não sou vadia, arrumar um emprego, nesse país de desempregado, por nada eu assino isso, pode me matar”. E não contente, perguntou para as demais travestis: “Vocês assinaram isso? Vocês leram?”. Elas não leram e também não sabiam por que estavam na delegacia. Algumas, após a revolta de Rosa, ensaiaram alguma resistência, mas com resignação admitiam que “a corda arrebenta do lado mais fraco”. No entanto, Rosa continuou inflexível: “podem me bater, me matar que eu não assino isso”. O delegado res-

117 O escândalo conforme Kulick (2008) é parte integrante das estratégias das travestis para se proteger e resistir ao estigma nas interações conflituosas. Com gestos e outros meios discursivos trazem a ofensa como uma arma na interação social.

118 A palavra *arrastão* é utilizada pelas travestis para descrever o ato de serem expulsas com o uso da violência dos territórios onde transitam.

119 O documento oficial, na verdade, é um Boletim de Ocorrência em que se registrava a acusação de *vadiagem*, *importunação ofensiva ao pudor* e *perturbação do sossego*.

ponsável foi até a sala e disse que somente ela não havia assinado e se continuasse negando a ordem nenhuma das outras travestis seria liberada. Depois de algum tempo de hesitação, Rosa cedeu e assinou o documento. E assim, todas foram liberadas. Os próprios policiais trataram de oferecer carona para elas. Algumas decidem ir com os policiais, mas Rosa sai da delegacia sozinha.

As notícias de imprensa e a arena política local

Há certo tempo à mídia local discute o enfretamento entre a cidade e as travestis acusadas de sujar as ruas do centro da cidade e de praticar sexo nas varandas dos imóveis, sem evidentemente a permissão dos proprietários.

As reportagens da mídia local destacam os roubos e furtos contra clientes¹²⁰, as disputas pelos territórios, a depredação das fachadas, a falta de decoro com as vestimentas, o perigo do sexo desprotegido e do contágio da aids. Todas estas percepções reforçam a identidade social de “prostitutos”, “bandidos”, “anormais”, “perigosos”, entre outros termos que tomam uma dimensão contrária em relação aos discursos contemporâneos sobre respeito aos direitos e às diferenças.

Em um editorial de 2007 do *Jornal 1* intitulado “*Travestis, prostitutas e desocupados*”, lia-se em um trecho, após referir aos mendigos, vagabundos e embriagados que circulam pelas praças do centro da cidade, algumas medidas para resolver o problema que:

[...] acontece a partir das 18 horas nas principais ruas do centro da cidade, infestadas de prostitutas, e principalmente de travestis. Comerciantes têm reclamado muito do vandalismo praticado por esses elementos, que depredam portas, luminosos, placas e ainda fazem as necessidades fisiológicas em frente das lojas e residências. Os moradores das ruas [...] têm reclamado do intenso barulho e algazarras por parte dos travestis e prostitutas que “disputam” clientes. Além de brigas e sexo praticado nas cal-

120 Por exemplo, a notícia intitulada “*Aposentado ‘perde’ carteira após programa*” conta o caso de um senhor de 65 anos que entra em desacordo com “um travesti” de 20 anos após a realização de um programa. Com medo de apanhar, sai correndo do local, mas deixa sua carteira cair e a travesti pega do chão e a esconde, quando a Polícia Militar a revista não encontra os documentos e pertences do acusador, mas encaminham o caso para a delegacia (*Jornal 1*, 6 nov. 2009). Outra notícia intitulada “*Caminhoneiro concede carona e é roubado por dois travestis*” destaca o azar do caminhoneiro que teve seu frete roubado, bem como foi obrigado a deixa-los numa cidade próxima (*Jornal 3*, 4 mar. 2012).

çadas, corredores e até varandas das casas. Não se trata de uma situação normal, portanto as autoridades precisam tomar providências urgentes, começando com a intensificação de rigorosas rondas de intimidação feitas pela Polícia Militar. É preciso uma ação conjunta das Polícias Militar, Civil e do Ministério Público para livrar a sociedade desse problema, que fica cada vez pior¹²¹.

A escrita do editorial revela uma trama que antecede sua exposição midiática. O fio da meada se encontra em uma espécie de aliança entre comerciantes, autoridades públicas, moradores e espaço de controle comunitário da segurança, como o *CONSEG-Centro*.

Os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs¹²²) foram criados por decreto estadual em 1985, no contexto de redemocratização e de retomada do controle dos governos democráticos sobre as polícias do Estado de São Paulo. Os CONSEGs são grupos de pessoas que se reúnem para discutir e planejar soluções para problemas de segurança pública, propostos como um “*novo canal privilegiado*” de interação da população com as Polícias Estaduais e de responsabilização das comunidades para o governo da segurança. (SANTOS, 2009; SOUZA, 2009b).

O setor comercial¹²³ dita o tom das reivindicações e propõe soluções para a

121 Jornal 1. *Travestis, prostitutas e desocupados*. 22 fev. 2007.

122 Cada CONSEG conta com dois membros natos representantes da Polícia Militar e da Polícia Civil. Nele se fazem presentes outros membros da comunidade. Esta por sua vez alude à circunscrição geográfica das áreas de atuação das referidas polícias. Além disso, o conselho exige homologação do Secretário da Segurança Pública, que conta com uma Coordenação Estadual no interior da secretaria. Obedece também um modelo regulamentado, que dispõem as pessoas em papéis hierárquicos. Segundo a peculiaridade de cada CONSEG, são recrutados membros das comunidades para a formação de diretorias e comissões que organizam o funcionamento do grupo. Conforme Santos (2009), a correlação de forças presente na arena dos grupos atualiza as discrepâncias sociais, e a almejada participação popular dá lugar à representação de segmentos de classe média, que enaltecem o tom recrudesciente a diversas demandas securitárias.

123 As reuniões do *CONSEG-Centro* no período de fevereiro de 2001 a outubro de 2007 ocorreram vinte e oito vezes na Associação Comercial do Município (ACM); outras duas reuniões no Distrito de Polícia Civil. A maior periodicidade concentra-se nos anos de 2006 e 2007. A maioria das reuniões na ACM se justificava pelo engajamento do presidente da associação, que ocupou a presidência do conselho por mais de cinco anos. Isso resultou numa grande confusão de papéis, fazendo com que o conselho concentrasse suas ações e decisões direcionadas exclusivamente ao segmento comercial; por vezes, as polícias foram as principais articuladoras de uma posição alternativa, sugerindo, por exemplo, que as reuniões do conselho se dessem de modo itinerante, em outros equipamentos públicos, para abarcar os bairros residenciais adstritos à abrangência geográfica do conselho.

“insegurança” no *CONSEG-Centro*¹²⁴. Os problemas são relacionados à regulação do comércio, como a presença indesejada de ambulantes e do camelódromo, assim como o tradicional comércio de rua de domingo da cidade conhecido como “*Feira do Rolo*”, que ocorre numa rua central e sobre a qual se destaca a reclamação de receptação/venda de produtos furtados. Muitas das queixas estão relacionadas aos equipamentos urbanos, como a iluminação pública e privada das fachadas das lojas, ao trânsito, como sinalizações, melhoria da malha asfáltica, também a regularização de imóveis desocupados e/ou abandonados, que na concepção dos participantes tornam-se atrativos para pessoas indesejáveis, como mendigos e prostituição. Ainda se observa a demanda por intensificação do policiamento em dias de pagamentos, sobretudo frente à circulação nos bancos, e também nas ruas comerciais no período noturno. Mas os principais assuntos que geram visibilidades midiáticas do *CONSEG-Centro* são reclamações sobre a presença de mulheres, e, sobretudo travestis profissionais do sexo nas ruas comerciais, no período noturno.

Nas Atas do conselho as reivindicações datam desde a primeira reunião no ano de 2001, e se intensificaram nos anos de 2006 e 2007 com ampla divulgação na mídia. Por exemplo, o presidente do *CONSEG-Centro* começa uma reunião apresentando uma comerciante e pede a ela o relato do problema com “os travestis¹²⁵”:

[...] que estão realizando atos de vandalismo na porta da loja dela. O presidente falou do possível trabalho de fotografar as chapas dos veículos dos fregueses deste grupo de travestis para constranger a presença deles nas ruas centrais da cidade. O Coronel da Polícia Militar falou que essa questão é um problema da sociedade, mas o objetivo é trabalhar com

124 O *CONSEG-Centro* atualmente encontra-se descontinuado. Ao longo de sua existência contou com a participação de comerciantes (donos de lojas, casas lotéricas, escolas particulares, imobiliárias etc.), e outros profissionais liberais que possuem estabelecimentos na região de maior fluxo comercial da cidade, além de síndicos de condomínios.

125 A materialização do corpo da travesti está relacionada à produção de um sentimento feminino cotidianamente reiterado, desde os nomes, os cuidados com o rosto, os cabelos, as unhas, as vozes, os tiques e gestos, a escolha das vestimentas, dos adereços, até uso de tecnologias como aplicação de hormônios, uso de silicone e/ou próteses industriais (BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2009). Por isso, utilizamos a precedência do artigo feminino “a” para o uso da categoria travesti, por um movimento de aproximação e respeito à construção subjetiva do gênero. Mas destacamos que não há rigidez neste uso entre as próprias travestis. O uso pode ser balizado por categorias auto-classificadoras que se insurgem contra uma nomeação estável e coerente da identidade. O uso do artigo masculino em aspas demonstra uma perspectiva crítica em relação ao desdobramento histórico do dispositivo de sexualidade e do sistema binário de gênero, que em uma série de enunciados vinculam a interpretação do gênero ao corpo biológico e a matriz de inteligibilidade heterossexual.

a clientela dos travestis, ou seja, se não houver cliente não há travestis. Ele disse que pretende colocar policiais à paisana para registrar os clientes desse pessoal e fazer uma abordagem diferenciada com eles, posteriormente sugeriu que fosse enviado um documento para a Prefeitura do Município para melhorar a iluminação pública no centro comercial. Levantou a questão novamente sobre a instalação de câmeras de alta resolução para ajudar no trabalho de vigia nas principais ruas da cidade. (CONSEG-Centro, ATA de 26 de julho de 2006).

Tema recorrente nas reuniões do *Conseg-Centro*, o controle “dos travestis” aparece 11 vezes nas atas do grupo no período de 2001 a 2007, que mencionam as algazaras, o barulho, a depredação de fachadas de lojas, o uso de sacadas de residências habitadas para o sexo, além de imóveis abandonados, a falta de decoro com o corpo e as vestimentas, a nudez, o descarte de preservativos na via pública, o uso de calçadas para necessidades fisiológicas como a sujeira de fezes e urina, este item presente em todas as reclamações, como a da lojista acima descrita.

As soluções passam desde a intensificação de rondas policiais, coibindo o ultraje ao pudor, o barulho, chega-se a sugerir a destinação de locais segregados longe do centro para a prostituição, mas com o entendimento dos membros natos de que a atividade, por não ser crime, não cabe à interferência da polícia para retirá-las à força, sugere-se “*vencer pelo cansaço*”, pela intromissão no negócio do mercado do sexo, sobretudo a partir da produção do constrangimento da clientela, como a sugestão de instalação de câmeras no centro da cidade, e de abordagens policiais de transeuntes e clientes.

Em 2007 o tema reapareceu com maior clareza. Desta vez, fica evidente a indignação da presidência do *CONSEG-Centro* com o não atendimento de seus pedidos às instituições públicas para coibir a presença de travestis. O presidente narrou sua indignação ao se deparar com “um travesti” na noite. Disse que ligou insistentemente para o Delegado de Polícia, Polícia Militar, Prefeito Municipal entre outras autoridades, sem obter uma resposta que o contentasse:

O presidente enviou para o Delegado da Seccional de Polícia e outras autoridades, relatando seu constrangimento pessoal juntamente com ao se deparar com travestis na rua [...] esquina com a rua [...], ao se apresentarem semi-nus. Disse que na mesma hora ligou para a Polícia Militar, que não pode fazer nada. O presidente demonstrou muita indignação ligou

no mesmo dia, após o acontecimento para o Delegado da Polícia Civil pedindo providências. O policial também disse que não podia fazer nada. Ligou para o Prefeito, que também nada teve o que fazer. O sentimento de impunidade e impotência foi visível, motivando-o a enviar a carta, para que ficasse registrado o descontentamento. O presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil, subseção local) pediu que ficasse registrado que preferivelmente mudasse termos escritos na carta e sugere que haja mudança. [...] colocou em discussão o assunto. Decidiu-se por unanimidade que fossem feitas alterações que serão propostas pelo conselheiro da OAB e pelo delegado, para evitar consequências maiores para a pessoa do presidente, pois se trata de uma reclamação pessoal. (CONSEG –Centro, ATA de 09 de outubro de 2007).

A outra face do problema

Rosa leu o editorial “*Travestis, prostitutas e desocupados*¹²⁶”, em meio às tensões inauguradas pelo poder de polícia, quando procurou, indignada e ofendida com os abusos dos policiais, um amigo que ofereceu orientações para realização de denúncias. Na verdade, elaboraram um pequeno texto e enviaram por *e-mail* para organizações de Direitos Humanos, que foram replicadas na rede e chegou ao conhecimento da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH). A resposta foi imediata e diversos grupos de relevo no país se manifestaram sobre o assunto, que por sua vez, deflagrou na designação da SEDH para que um de seus Centros de Referências em Direitos Humanos e Combate a Homofobia prestasse assistência jurídica e acompanhasse a denúncia.

Nos dias seguintes, os policiais civis se mobilizaram intensamente no *Centro*, com rondas e intimidações para que as travestis e mulheres profissionais do sexo se retirassem do local. Os policiais, às vezes alcoolizados, com a ostentação de garrafas de uísque, “*metiam os loucos*¹²⁷”, impunham as armas e desferiam tabefes nas prostitutas em suas visitas durante mais de uma semana. Na noite de segunda-feira levaram três travestis para as imediações de uma estrada rural, abandonando-as em meio à plantação de café de um distrito do município. Na

126 Jornal 1. *Travestis, prostitutas e desocupados*. 22 fev. 2007.

127 Gíria popular que significa atuar destemidamente e sem pensar nas consequências.

noite de quarta-feira, escolheram três mulheres e as deixaram no mesmo local, obrigadas a voltarem a pé para a cidade, vários quilômetros de distância, sem pertences e dinheiro, que delas foram subtraídos.

Frente a estas ações arbitrárias, as travestis deixaram as antigas desavenças e começaram a se mobilizar para realizar outra denúncia. Rosa inflava o levante contra o “*pente fino*”, e combinou conversar com as travestis do *Centro* na casa de uma travesti de 45 anos, que alugava quartos para várias outras.

Na reunião estavam em posse das respostas por e-mail do Centro de Referência, com orientações para denunciarem os policiais junto ao Ministério Público. A reunião surtiu efeito entre as travestis! Juntas buscaram a orientação do Promotor de Justiça. Numa manhã de quarta-feira, cinco delas foram ao Fórum da cidade, mas como o horário de atendimento ao público ocorre somente a partir das 14 horas, o grupo se dispersa e apenas três aguardam para efetuar a denúncia. Neste momento surgiram dificuldades de apoio das instituições da justiça, o próprio promotor somente atende diante muita insistência, e após ouvi-las, alerta para a possibilidade de suas contestações surtirem represálias.

No documento que havia sido redigido pelo promotor lia-se: “Fulano de tal (nome masculino e legal da travesti), conhecido por Rosa, que é homossexual, e faz ‘ponto’ na [...], eis que alega ser ‘garota de programa’, informa que ela e seus amigos, exercem a mesma profissão, e que vem sendo molestados pela Delegacia de Investigações Gerais [...]”. Esse documento foi entregue e lido; Rosa se incomodou com a linguagem que o promotor utilizou para referir-se ao caso. O promotor pede para que corrijam o texto e vai saindo da sala: “estou atrasado para uma audiência”. Dirige-se à escrevente: “assim que terminar leve para eu assinar”. Rosa, atenta ao documento, sugere mudanças em relação à identidade, com a expressão “que se reconhece como Rosa”. Subtrai a metáfora da homossexualidade, pela afirmação categórica de “*é travesti*”, muda expressão “faz ponto” pela “profissional do sexo”. Em relação à fórmula “garota de programa”, esboça um sorriso alegre, seguido de “garota pode deixar!”. Abaixo segue o termo redigido:

Ministério Público do Estado de São Paulo

Termo de Declarações

Aos vinte e sete de junho de 2007, às 14h15min, no gabinete da Promotoria de Justiça do Município, na presença do Dr. Fulano, Promotor de Justiça, compareceu o Sr. (nome masculino e legal da travesti), brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua _____, nº ____, Bairro _____, nes-

ta cidade, que prestou as seguintes declarações: “que se reconhece como Rosa”. É travesti, profissional do sexo, trabalha nas imediações da [...] no Município. Alega que tem encontros com clientes, eis que é garota de programa. Informa que ela e seus amigos, que exercem a mesma profissão, vêm sendo molestados pela Delegacia de Investigações Gerais _ DIG_ da cidade. Alega que os policiais vêm reprimindo de forma ilegal suas atividades. Chegam a obrigá-las a assinar um “termo de compromisso de trabalho lícito”, comprometendo-os a acharem emprego em trinta dias. Certa feita, os policiais pegaram algumas prostitutas no local e as levaram para o Distrito de [...], abandonando-as ali. Ao que entende, parece que os policiais querem retirar todas as prostitutas da cidade, alertando-as para se retirarem do centro e cada vez que as vissem no centro da cidade as retirariam do local. Alega ainda que já houve casos de agressão por parte dos policiais, inclusive, eles estão determinando que referidas pessoas deixem o centro da cidade. Requeiro ao Ministério Público providências para apuração dos fatos. Nada mais para constar, vai o presente assinado pelo declarante e pelo Dr. Promotor de Justiça (Termo de Declarações. Ministério Público de São Paulo).

Após esta denúncia, e com a continuidade das ações policiais, o Centro de Referência encaminha representantes para a cidade, que vão ao encontro das travestis e também as representam na Corregedoria da Polícia e junto ao promotor responsável por acolher a acusação¹²⁸.

Com o relato para as instituições do poder público, os policiais cessaram as ameaças nas ruas, mas permaneceram levando adiante o processo de investigação. Durante este período, as travestis tiveram que comparecer à delegacia mais três vezes após o fichamento geral. Uma primeira ordem do delegado determinou o comparecimento a fim de prestarem declarações sobre o Boletim de Ocorrência na Delegacia de Investigações Gerais. Receberam uma requisição para “*Exame de corpo de delicto laboral, para a constatação de aptidão ao exercício do trabalho lícito*” no Instituto Médico Legal, seguido de outra convocação para novas declarações. Delas não se demorou a ouvir reclamações sobre o cansaço e o sentimento de impunidade.

128 Vale ressaltar, a preocupação e o apoio do Programa de Redução de Riscos e Danos em DST e Aids da cidade, que intensificou as abordagens de rua, vigiando a circulação dos policiais. O programa também propunha às travestis e mulheres o enfrentamento como meio para as mudanças no cenário.

Quase um mês do início das práticas dos policiais, uma notícia no *Jornal 2* confere visibilidade ao acontecimento com o título “*MP investiga possíveis abusos de policiais contra travestis no centro*”, e o delegado corregedor, convidado a falar, responde como percebe a conduta das travestis, reforçando a violência institucional:

Segundo a polícia a forma como os travestis se vestem caracteriza-se por importunação ofensiva ao pudor e a frequência de ociosidade caracteriza contravenção de vadiagem. Os travestis têm ainda 30 dias para comprovarem a prática de outra profissão considerada lícita. O delegado corregedor diz que a prostituição não é um ato punitivo, mas a forma como os travestis se portam, sim. Reincidência pode gerar novos termos circunstanciados ocasionando atuações conforme a lei¹²⁹.

De fato a mídia explorou o problema causado “*pelos travestis*”, considerando não problemáticas as intervenções violentas sobre elas. Neste sentido, podemos observar como os discursos naturalizam as intervenções violentas, produzindo dor para corrigir ou submeter, pois as manipulações do poder constituem corpos¹³⁰ e desejos como abjetos e temíveis à ordem social (BUTLER, 2003).

Polícia em cena

As pressões para o controle da prostituição de rua na cidade se desdobraram nas intervenções da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM). No ano de 2010, o *Jornal 3* destacou o projeto apresentado pela delegacia, em reunião com a Associação Comercial do Município (ACM), para definição de apoio para a execução do mesmo¹³¹. Entretanto, o foco recai sobre a prostituição como uma atividade

129 *Jornal 2. MP investiga possíveis abusos de policiais contra travestis no centro.* 22 jul. 2007.

130 No contexto da análise de Caldeira (2000), pode-se constatar que a violência policial e o desrespeito aos direitos reforçam a “democracia disjuntiva brasileira”, que compreende a constituição sistemática de “corpos incircunscritos”, em que as classes populares, mulheres, negros, adolescentes em conflito com a lei são inseridas em lógicas que reforçam a punição e a exclusão em detrimento do discurso dos direitos e da cidadania. Neste sentido, pode-se apontar para a noção de “corpo incircunscrito” como meio para compreender que a transformação corporal das travestis é consistente com a produção de uma cultura marcada pela associação entre dor e a verdade, onde a infligência da dor com objetivos corretivos, é ao mesmo tempo, paralela a concepções de corpos desejáveis pelas travestis (CALDEIRA, 2000).

131 *Jornal 3. ACM conhece pré-projeto da delegacia.* 25 abr. 2010.

vulnerável às violências, na perspectiva da vitimização, sob uma representação da pobreza, ligado ao condicionamento econômico como motor que alimenta o mercado do sexo.

As personagens que aparecem na reportagem são o presidente da ACM e a delegada da DDM. O primeiro insiste que a prostituição é um grande problema que traz impactos negativos para a cidade e, sobretudo, danos ao patrimônio do comércio. Por outro lado, a delegada destaca como o combate a prostituição envolve a inclusão das mulheres alijadas dos benefícios da cidadã comum: “assustadas, traumatizadas e que são influenciadas por pessoas que lhes parecem ser as únicas a oferecer alguma alternativa para sair da miséria e do abandono¹³²”.

O projeto contaria com a contribuição da ACM para organização de cursos profissionalizantes e para inserção no mercado de trabalho, com a sensibilização dos recursos humanos do comércio. A delegacia, por sua vez, levaria a cabo as ações com ênfase na prevenção da violência, combate ao lenocínio e articulando órgãos públicos e sociedade civil para a inserção profissional das mulheres.

A despeito do entusiasmo, o projeto não saiu do papel até uma primeira abordagem realizada pela delegacia com o objetivo de exercer um controle sobre a prostituição de rua da cidade, no final do ano de 2011. Em grande parte as ações policiais são marcadas por rivalidades entre as instituições da segurança, pela ênfase repressiva, tecidas na penumbra e pouco afeitas às regras democráticas. A novidade da prática acena para uma cooperação que traz elementos novos no campo do exercício do poder de polícia sobre a prostituição. Participaram da ação 34 pessoas, entre profissionais da DDM e demais policiais civis, policiais militares, conselheiros tutelares, imprensa local, pesquisadores da universidade pública e Coordenadoria da Mulher, da Prefeitura Municipal.

Conforme o *Jornal 1* a ação visava estruturar medidas preventivas e a repressão da violência em casos de flagrantes de crimes, sobretudo a exploração sexual de menores e de maiores de idade. Quatro mulheres e três travestis foram abordadas e direcionadas à DDM para receber atendimento social e psicológico, com orientações sobre direitos. A notícia escamoteia qualquer suspeita de ação desrespeitosa e discriminária, destacando a fala da delegada:

Se prostituir não é crime, mas nosso trabalho vai além da repressão da violência. Atuamos também na prevenção e a prostituição instiga a vio-

132 Idem.

lência contra mulheres e a homofobia. Muitas dessas pessoas que estão nas ruas já sofreram inúmeras situações de preconceito, inclusive do mercado formal de trabalho, e foram excluídas de oportunidade. Queremos dar isso a elas¹³³.

Divulgada a ação no *Jornal 1*, reconhecemos a imagem de uma jovem travesti que atua em uma movimentada rua que liga a região central e norte da cidade. Ela tem 24 anos de idade, e usufrui da imagem de “*top*”, “ *fina*” e “*belíssima*”¹³⁴ entre outras travestis, devido aos vários investimentos corporais que realizou com uso de tecnologias protéticas para modelar seios, bumbum e quadril. Conforme outras travestis, “*vive batendo portas de carro*”¹³⁵, *a bicha faz sucesso*, o que lhe garante uma renda acima das expectativas do mercado do sexo, possibilitando manter novos investimentos corporais, com roupas para sua apresentação esmerada e seu automóvel.

Neste caso, a jovem travesti foi privilegiada, pois ficou sabendo com antecedência sobre a ação policial, com um de seus clientes que trabalha na Polícia Federal. Em posse da informação divulgou para outras travestis e mulheres, umas ficaram alertas com o “*pente fino*” e foram para o “*ponto*”, outras deixaram de frequentar o espaço de prostituição na noite agendada para abordagem, como as travestis menores de idade.

Nesta noite, em torno das 21 horas, o alvoroço se instala na esquina. Os policiais chegam com suas viaturas, cercados da imprensa e outros profissionais envolvidos, e começam o “contato” com as prostitutas. A jovem travesti descreveu que inicialmente os policiais militares tomam a frente do contato, verificam os pertences e revistam as bolsas das prostitutas. Um desses policiais encontra a sua chave do carro e vai averiguar o registro da placa. Logo após, insinua apreende-lo, bem como, sem esclarecer o que estava ocorrendo, diz para as pessoas o seguirem para a delegacia.

Só neste instante a delegada da DDM entra em contato com a travesti e repreende os excessos na abordagem do policial militar, desautorizando retirar o automóvel do local, uma vez que estava regular. Conversa rapidamente com a travesti, questionando-a sobre violência, presença de menores, sobre ameaças e cafetinagem. E orienta para seguir para a delegacia, onde faria um cadastro e receberia uma orientação sobre seus direitos e deveres.

133 Jornal 3. *ACM conhece pré-projeto da delegacia*. 25 abr. 2010.

134 Jornal 1. *DDM vai às ruas abordar quem se prostitui*. 1 dez. 2011.

135 A expressão “*bater a porta*” denota o ato de fazer programas sexuais com muita frequência em alusão ao entra e sai dos carros dos clientes.

Ao chegar à delegacia aproximadamente às 22 horas, acompanhada pelas outras travestis e mulheres, a jovem recebeu um atendimento cordial, com um lanche, suco, café e biscoito. Em seguida, foi orientada a aguardar o chamado dos policiais e outros profissionais, sendo liberada em torno de 1 hora da madrugada. Enquanto isso, ora foi chamada para fornecer dados pessoais, e neste registro foi adicionada fotografias com três perfis, e por fim conversou na sala com uma funcionária a cargo da Coordenadoria da Mulher. A jovem travesti destaca que esta conversa foi agradável e polida, na qual recebeu orientações para se proteger da violência, e sobre novos caminhos para trilhar como se profissionalizar para sair da prostituição. As exortações morais como a interpelação sobre como será sua vida quando envelhecer e não puder sobreviver mais da prostituição, vêm acompanhadas de um tom de ajuda, e de disponibilidade do poder público para que em caso de violência possa a ele recorrer.

Por fim, a travesti titubeia entre o elogio e a crítica, apontando, em suas palavras, a ação como “*constrangedora*”. Além de ter sua imagem no jornal, de deixar de trabalhar no momento de disposição às autoridades e o escrutínio de olhares examinadores de 34 pessoas. Deixa sobre sua pessoa uma imagem de “*criminoso*”. Por exemplo, um cliente ao passar de carro pelo seu local de trabalho, enquanto era realizada a abordagem, dias depois vai questioná-la por telefone, sobre o que estava acontecendo.

A notícia vende a ideia de que a ação foi conduzida de modo articulado e sua marca foi o respeito aos direitos com busca a proteção, também não se ouve a voz de travestis e mulheres abordadas. Não houve a construção de uma contra-discurso em torno desta ação. A Universidade foi envolvida nesta ação, mas os termos não ficaram claros. Na verdade, o site do grupo de pesquisadores da universidade pública, que supostamente apoiava a ação, não publicou qualquer dado a respeito da ação. Desta forma, conscientemente ou não, passou a atender aos interesses e a instrumentalização da ação policial endossada pela imprensa.

A trama expõem as relações de poder da cidade com suas ruas, parques, praças entre outros palcos para seus habitantes agirem dentro dos processos normativos instituídos como plausíveis a todos (GOFFMAN, 2005; FOUCAULT, 2008; VIGARELLO, 2008). Nos arranjos entre seus atores sociais a imprensa local adverte sobre as travestis e tenciona sobre as suas posições, permitindo a regulação de suas práticas e oferecendo um fluxo de reivindicações em busca de direitos e reflexão sobre suas condutas.

A vivência democrática se configura de maneira diversa para cada sociedade. Em seu construto a atenção do público para a imprensa permite impedir o avanço

de atos condenáveis, de outro lado, evoca desorientações e manipulações que sujeitam ao reafirmar interpretações recrudescentes e incertezas às exigências de liberdade. Frente à babel discursiva das instituições que toma para si o monopólio das atividades públicas e de segurança, a cidade, carente de instrumentos arquitetônicos para facilitar a vida, convive com o escárnio e as vexações com o seu público.

Referências

- BENEDETTI, Marcos. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Edusp, 2003.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34: Edusp, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade, 1: a vontade de saber*. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- _____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1988.
- _____. *A representação do eu na vida cotidiana*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.
- PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume, 2009.
- PERLONGHER, Néstor. *O negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. Territórios marginais. In: GREEN, James Naylor; TRINDADE, Ronaldo. (Org.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005. p. 263-290.
- SABATINE, Thiago Teixeira. *Travestis, territórios e prevenção de aids numa cidade do interior de São Paulo*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.
- SANTOS, Paulo Lúcio. *A articulação comunitária e o estado: limites e possibilidades dos CONSEGs em Marília/SP*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

SOUZA, Luís Antônio F. *Lei, cotidiano e cidade: polícia civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889/1930)*. São Paulo: IBCCRIM, 2009a.

_____. (Org.). *Políticas de segurança pública no estado de São Paulo: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009b.

_____.; MAGALHÃES, Bóris R.; SABATINE, Thiago T. (Org.). *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

VIGARELLO, Georges. Higiene do corpo e trabalho das aparências. In: CORBIN, Alain. *História do corpo: da revolução à Grande Guerra*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. v. 2, p. 375-392.